



LABORATÓRIO
FROTA

**POLÍTICA DE PRIVACIDADE
ANÁLISE CLÍNICA FROTA LTDA - EPP**

Varginha/MG

2024





Índice

1. Disposições Gerais

1.1 Contextualização

1.2 Escopo

1.3 Aplicabilidade

1.4 Objetivos

1.5 Definições dos termos contidos na Lei Geral de Proteção de Dados

2. Estrutura de Governança

2.1 Controlador e Operador pelo Tratamento de Dados Pessoais

2.2 Administração

2.3 Responsável pela Proteção de Dados

2.4 Corpo Jurídico

2.5 Responsável pelo Departamento de Tecnologias de Informação

2.6 Responsáveis pelo Tratamento de Dados

3. Princípios Gerais de Proteção de Dados Pessoais

3.1 Categoria de Dados Pessoais

4. Bases Legais para o Tratamento de Dados Pessoais

4.1 Dados Pessoais

4.2 Dos Dados coletados neste Laboratório

4.2.1 Quanto aos seus colaboradores

4.2.2 Dados coletados de pacientes/clientes

4.3 Da finalidade aplicada na coleta dos dados e qual método de tratamento utilizado

5. Direitos dos Titulares dos Dados

5.1 Direito de informação

5.2 Direito de acesso

5.3 Direito de correção

5.4 Direito de eliminação





5.5 Direito à limitação do tratamento

5.6 Direito de oposição

5.7 Direito a não ficar sujeito a decisões individuais exclusivamente automatizadas

5.8 Direito de peticionar perante a autoridade de controle

6. Medidas Técnicas e Organizativas

6.1 Formação, Conscientização e Comunicação

6.2 Inventariação do Tratamento de Dados Pessoais

6.3 Políticas, Procedimentos e Registros

6.4 Avaliações de Risco e Impacto sobre a Proteção de Dados Pessoais

6.5 Incidentes de Segurança e Violação de Dados Pessoais

6.6 Auditorias

7. Da Responsabilidade contida na RDC 786/2023

7.1 Responsabilização dos pacientes pelas informações que são prestadas

8. Vigência

8.1 Aprovação

8.2 Atualizações

8.3 Comunicação

8.4 Contato

9. Monitorização, Responsabilidades e Sanções

9.1 Conflitos das Leis

10. Registro de Alterações



1. Disposições Gerais

1.1 Contextualização

A política de privacidade e proteção de dados pessoais da empresa Análise Clínica Frota LTDA - EPP, tem como objetivo principal, fornecer diretrizes sobre o gerenciamento das atividades e operações de tratamento de dados pessoais realizadas pela empresa.

A Análise Clínica Frota lida com uma variedade de dados pessoais em suas atividades profissionais, com diferentes finalidades, sempre priorizando a proteção e privacidade desses dados, garantindo os direitos fundamentais dos titulares.

Reconhecendo a importância desses direitos, a empresa se empenha em garantir conformidade com toda a legislação aplicável, respeitando os direitos e liberdades de todos os titulares, sejam eles clientes, colaboradores, prestadores de serviços, fornecedores, entre outros.

É importante ressaltar que a Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD) é uma legislação abrangente que afeta diversos agentes econômicos no Brasil, sejam do setor privado, público ou do terceiro setor, estabelecendo regras e condições para o uso de dados pessoais por esses agentes.

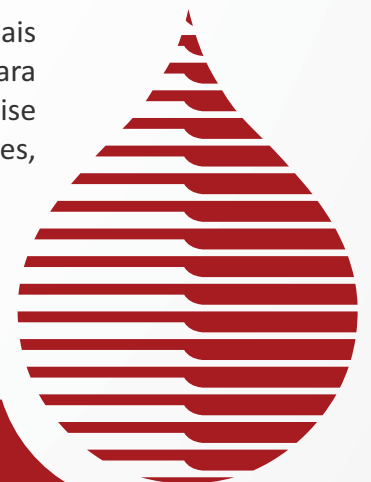
Além disso, a entrada em vigor do Regulamento Geral de Proteção de Dados (GDPR) em maio de 2018 na União Europeia também é considerada pela empresa, sendo decidido que o programa de conformidade com a LGPD abrange também essa regulamentação.

1.2. Escopo

A presente Política estabelece as diretrizes para a empresa Análise Clínica Frota de resguardo e uso de dados pessoais e sensíveis que venham a ser tratados em suas atividades, tendo como referência a Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais.

1.3 Aplicabilidade

Esta Política é contemplada por documentos e ferramentas adicionais (tais como Sistemas, Metodologias, Procedimentos, Práticas, etc.) para cumprir os objetivos. Aplica-se a todos os colaboradores da Análise Clínica Frota, partes interessadas e também aos seus representantes, independentemente do vínculo ou posição hierárquica que ocupem.



1.4 Objetivos

A presente Política estabelece os princípios básicos pelos quais a Análise Clínica Frota, processa os dados pessoais dos Titulares e, ainda, indica as responsabilidades e funções de cada departamento e colaboradores no tratamento de dados pessoais.

1.5 Definições dos termos contidos na Lei Geral de Proteção de Dados

No âmbito desta Política, entende-se por:

Dados Pessoais: Informação relacionada a pessoa natural identificada ou identificável. Também são considerados dados pessoais aqueles utilizados para formação do perfil comportamental de determinada pessoa natural;

Dados Pessoais Sensíveis: Dado pessoal sobre origem racial ou étnica, convicção religiosa, opinião política, filiação a sindicato ou a organização de caráter religioso, filosófico ou político, dado referente à saúde ou à vida sexual, dado genético ou biométrico quando vinculado a pessoa natural;

Agentes de Tratamento de Dados Pessoais: O Controlador e o Operador de Dados Pessoais:

- Controlador pode ser uma pessoa natural ou jurídica, de direito público ou privado, a quem competem as decisões referentes ao tratamento de dados pessoais;
- Operador pode ser uma pessoa natural ou jurídica, de direito público ou privado, que realiza o tratamento de dados pessoais em nome do Controlador;

Encarregado: Pessoa indicada pelo controlador e operador para atuar como canal de comunicação entre o controlador, os titulares dos dados e a Autoridade Nacional de Proteção de Dados (ANPD);

Titular: Pessoa natural a quem se referem os dados pessoais que são objeto de tratamento (pacientes, acompanhantes, profissionais de saúde, colaboradores, fornecedores, prestadores de serviços, parceiros);

Tratamento: Toda a operação realizada com dados pessoais, como as que se referem a coleta, produção, recepção, classificação, utilização, acesso, reprodução, transmissão, distribuição, processamento, arquivamento, armazenamento, eliminação, avaliação o controle de informação, modificação, comunicação, transferência, difusão ou extração.



As atividades diárias de um laboratório nada mais são que dezenas de tratamentos de dados. Alguns exemplos de tratamentos de dados em laboratório:



LABORATÓRIO
FROTA

As atividades diárias de um laboratório nada mais são que dezenas de tratamentos de dados. Alguns exemplos de tratamentos de dados em laboratório:

- Agendamento de exames; Armazenamento de laudos; Arquivamento de laudos; Atendimento domiciliar; Backup do banco de dados; Cadastro de pacientes; Cadastro de responsável; Cadastro de solicitação de exames; Cadastro de usuários; Coleta/recebimento de amostras; Comunicação com clientes; Comunicação de limite crítico; Conferência automática de resultados; Conferência de coleta; Conferência de resultados; Controle de caixa/controle financeiro; Controle de fila de atendimento (quando identificado o paciente); Controle de urgências; Digitação de resultados; Emissão de nota fiscal; Entrega de laudos; Envio de laudos pela internet; Envio de laudos por e-mail; Envio de SMS; Faturamento de convênio; Faturamento SUS; Ferramenta de importação e exportação de informações entre posto de coleta e matriz; Ferramenta de atendimento via WhatsApp; Impressão de laudos; Impressão de etiquetas; Exportação de solicitações para laboratório de apoio; Importação de resultados de laboratório de apoio; Impressão de etiquetas de laboratório de apoio; Integrações diversas de solicitação de exames e resultados; Interfaceamento; Orçamento de exames; Rastreabilidade; Recoleta de materiais; Retificação de laudos; Transporte de amostras, Triagem de amostras (controle de grade, mapa de trabalho), Comunicação junto ao paciente e/ou solicitante para confirmação de quadro clínico e verificação de uso de medicações, dentre outros.

Banco de Dados: Conjunto estruturado de dados pessoais, estabelecido em um ou vários locais, em suporte eletrônico ou físico;

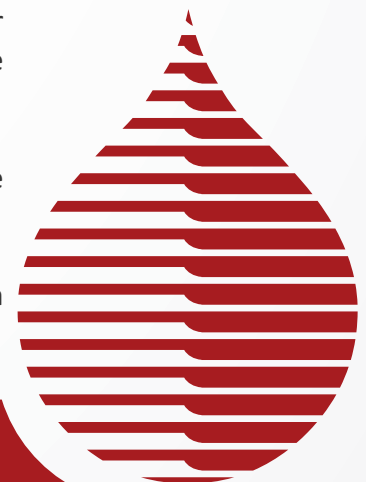
Consentimento: Manifestação livre, informada e inequívoca pela qual o titular dos dados concorda com o tratamento de seus dados pessoais para uma finalidade determinada;

Anonimização: Utilização de meios técnicos razoáveis e disponíveis no momento do tratamento, por meio dos quais um dado perde a possibilidade de associação, direta ou indireta, a um indivíduo;

Dado Anonimizado: Dado relativo a titular que não possa ser identificado, considerando a utilização de meios técnicos e razoáveis e disponíveis na ocasião do seu tratamento;

Bloqueio: Suspensão temporária de qualquer operação de tratamento, mediante guarda do dado pessoal ou banco de dados;

Eliminação: Exclusão de dado ou conjunto de dados armazenados em banco de dados independentemente;



Transferencial Internacional de Dados: Transferência de dados pessoais para país estrangeiro ou organismo internacional do qual o país seja membro;



LABORATÓRIO
FROTA

Uso Compartilhado de Dados: Comunicação, difusão, transferência internacional, interconexão de dados pessoais ou tratamento compartilhado de bancos de dados pessoais por órgãos e entidades públicos no cumprimento de suas competências legais, ou entre esses e ente privados, reciprocamente, com autorização, específica, para uma ou mais modalidades de tratamento permitidas por esses entes públicos, ou entre entes privados;

Relatório de Impacto à Proteção de Dados Pessoais: Documentação do controlador que contém a descrição dos processos de tratamento de dados pessoais que podem gerar riscos às liberdades civis e aos direitos fundamentais, bem como medidas, salvaguardas e mecanismos de mitigação de risco;

Órgão de Pesquisa: Órgão ou entidade da administração pública direta ou indireta ou pessoa jurídica de direito privado sem fins lucrativos legalmente constituída sob as leis brasileiras, como sede e foro no País, que inclua em sua missão institucional ou em seu objetivo social ou estatutário a pesquisa básica ou aplicada de caráter histórico, científico, tecnológico ou estatístico;

Autoridade de controle: Órgão da Administração Pública responsável por zelar, implementar e fiscalizar o cumprimento desta lei em todo o território nacional.

2. Estrutura de Governança

2.1 Controlador e Operador pelo Tratamento de Dados Pessoais

A Análise Clínica Frota pode desempenhar dois papéis distintos: como Controlador de Tratamento de Dados ou como Operador de Tratamento de Dados. A escolha entre esses papéis depende da função específica que a Análise Clínica Frota assume em relação ao tratamento de dados pessoais.

2.2 Administração

A administração da Análise Clínica Frota toma as decisões e aprova as estratégias gerais da Empresa sobre a proteção de dados pessoais.





2.3 Responsável pela Proteção de Dados

O responsável pela Proteção de Dados é responsável pela gestão dos dados colhidos no laboratório, conforme definido na “Política Responsável pela Proteção de Dados”, bem como por melhorar os níveis de consciencialização dos fornecedores e prestadores de serviços e, ainda, por informar os fornecedores e os prestadores de serviços sobre as suas responsabilidades na proteção dos dados pessoais e que a Análise Clínica Frota se reserva ao direito de os auditar.

2.4 Corpo Jurídico

O corpo jurídico contratado para realizar a implementação da LGPD no laboratório em conjunto com os Responsáveis pela Proteção de Dados, realizaram a análise da lei, de dados pessoais e mudanças nos regulamentos, motivo pelo qual desenvolveram os requisitos de conformidade e auxiliaram as áreas de negócio.

2.5 Responsável pelo Departamento de Tecnologias de Informação

O responsável pelo Departamento de Tecnologias de Informação, em conjunto com o responsável pela Proteção de Dados, garantem que todos os sistemas, serviços e equipamentos usados para armazenar dados (digitalmente) atendem os padrões de segurança aceitáveis.

São responsáveis também pela realização de verificações regulares para garantir que o hardware e o software de segurança estejam funcionando adequadamente.

2.6 Responsáveis pelo tratamento de dados

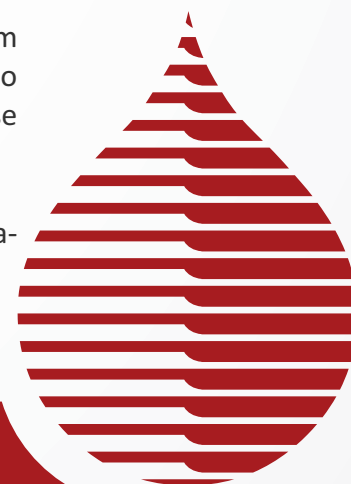
O Encarregado pelo Tratamento de Dados Pessoais é uma pessoa indicada pelo controlador para atuar como canal de comunicação entre o Laboratório e os titulares de dados, assim como entre o Laboratório e a ANPD.

3. Princípios Gerais de Proteção de Dados Pessoais

3.1 Categoria de Dados Pessoais

A Análise Clínica Frota procede o tratamento de Dados Pessoais de um conjunto significativo de categorias de Titulares de Dados no desenvolvimento das suas atividades. Os Dados Pessoais que a Análise Clínica Frota recolhe dependem sempre da natureza da interação.

As atividades de tratamento de dados pessoais deverão observar a boa-fé e os seguintes princípios:





Finalidade: O desenvolvimento e realização das várias atividades prosseguidas pela Análise Clínica Frota, quer enquanto controlador pelo tratamento de dados, quer como operador, significam a existência de um conjunto relevante de finalidades específicas, explícitas e legítimas para o Tratamento dos Dados Pessoais;

Adequação: A Análise Clínica Frota realizará o tratamento de dados pessoais de forma compatível com as finalidades informadas ao titular, de acordo com o contexto do tratamento;

Necessidade: Os dados pessoais recolhidos pela Análise Clínica Frota para uma finalidade específica, explícita e legítima não podem ser tratados posteriormente de uma forma incompatível com essa finalidade;

Livre acesso: A Análise Clínica Frota garantirá aos titulares a consulta facilitada e gratuita sobre a forma e a duração do tratamento, bem como sobre a integralidade de seus dados pessoais;

Qualidade: A Análise Clínica Frota garantirá aos titulares exatidão, clareza, relevância e atualização dos dados, de acordo com a necessidade e para o cumprimento da finalidade de seu tratamento;

Transparência: A Análise Clínica Frota garantirá aos titulares informações claras, precisas e facilmente acessíveis sobre a realização do tratamento e os respectivos agentes de tratamento, observados os segredos comercial e industrial;

Segurança: A Análise Clínica Frota utilizará medidas técnicas e administrativas aptas a proteger os dados pessoais de acessos não autorizados e de situações acidentais ou ilícitas de destruição, perda, alteração, comunicação ou difusão;

Prevenção: A Análise Clínica Frota adotará medidas para prevenir a ocorrência de danos em virtude do tratamento de dados pessoais;

Não Discriminação: A Análise Clínica Frota garantirá a impossibilidade de realização do tratamento para fins discriminatórios ilícitos ou abusivos;

Responsabilização e Prestação de contas: A Análise Clínica Frota compromete-se a demonstrar a adoção de medidas eficazes e capazes de comprovar a observância e o cumprimento das normas de proteção de dados pessoais e, inclusive, da eficácia dessas medidas;





Eliminação e Conservação de Dados Pessoais: A Análise Clínica Frota armazena e conserva os dados durante o período que se entende como suficiente e necessário para as finalidades que motivaram a sua colheita e tratamento, porém, o período de tempo de armazenamento dos dados varia de acordo com a finalidade para a qual a informação é tratada, podendo existir normas legais que obrigam ao armazenamento por um período de tempo mínimo, findo o qual os mesmos serão eliminados;

Transmissão: A Análise Clínica Frota, ao recorrer a prestadores para a prestação de serviços que envolvem dados pessoais, mantém a integridade e transparência do processamento desses dados. Mesmo quando os tratamentos são realizados por prestadores, são tomadas medidas adequadas para garantir que sejam reputáveis e ofereçam altos padrões de proteção de dados. Isso é formalizado em contrato entre a Análise Clínica Frota e o(s) prestador(es).

Qualquer entidade terceirizada ou subcontratada pela Análise Clínica Frota trata os dados pessoais em nosso nome e por nossa conta. Elas são obrigadas a adotar medidas técnicas e organizacionais para proteger os dados contra destruição, perda, alteração, divulgação ou acesso não autorizado, conforme estabelecido por lei;

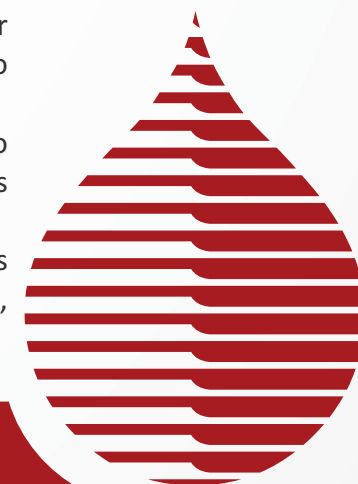
Integridade e Confidencialidade: Os Dados Pessoais dos Titulares serão tratados pela Análise Clínica Frota, no contexto das finalidades identificadas na presente Política e utilizando medidas técnicas e organizacionais adequadas para garantir a confidencialidade, integridade e a segurança, nomeadamente em relação ao acesso ilegítimo, modificação indesejada e/ou o desaparecimento de dados.

O tratamento dos dados deve ser feito de forma segura, através de técnicas apropriadas e medidas organizativas, tendo em conta o tipo de dado, o nível de confidencialidade e o risco resultante no caso de um incidente.

A Análise Clínica Frota toma medidas preventivas necessárias para oferecer garantias de segurança tanto como controlador do tratamento, ou como operador, assegurando que todo o tratamento de dados esteja em conformidade com o enquadramento legal sobre a proteção de dados pessoais.

Garantimos particularmente que:

- a) Os dados pessoais são apenas acessados por quem estiver devidamente autorizado e necessite desse mesmo acesso para o desempenho das respetivas funções;
- b) Não é permitida a partilha de dados de modo informal, sendo o acesso aos dados pessoais formalmente requerido, de acordo com os procedimentos definidos;
- c) Todos os colaboradores se comprometem a adotar todas as precauções necessárias para o cumprimento rigoroso desta Política, bem como da legislação de proteção de dados pessoais aplicável;





- d)** As passwords utilizadas cumprem com as normas de definição de “passwords” previstas no “Manual de Segurança de Informação” e nunca são partilhadas;
- e)** Os dados pessoais não serão disponibilizados a pessoas não autorizadas, seja interna ou externamente;
- f)** Os dados devem ser revistos e atualizados regularmente. Sempre que se verifique que determinados dados pessoais estão desatualizados ou não são necessários, os mesmos deverão ser eliminados/anonimizados ou não disponibilizados;
- g)** A subcontratação ou Terceirização de prestadores ou fornecedores que implique o tratamento de dados pessoais deverá seguir as regras previstas nos respectivos Contratos de Prestação de Serviços, assegurando o cumprimento das obrigações impostas a estes prestadores e/ou fornecedores, bem como a confidencialidade e segurança no tratamento dos dados.

4. Bases Legais para o Tratamento de Dados Pessoais

4.1 Dados Pessoais

Para que o tratamento seja considerado legal, os dados pessoais devem ser processados com base no consentimento do titular dos dados ou em outro fundamento legal previsto por lei. Isso inclui a obrigação de cumprir requisitos legais pela Análise Clínica Frota, seja como controlador de dados ou operador, a necessidade de cumprir contratos dos quais o titular dos dados seja parte, ou para realizar diligências pré-contratuais solicitadas pelo titular dos dados. Portanto, é necessário que pelo menos um dos seguintes fundamentos esteja presente:

- Mediante o fornecimento de consentimento pelo titular de dados pessoais;
- Para o cumprimento de obrigação legal ou regulatória;
- Para a realização de estudos por órgão de pesquisa;
- Quando necessário para a execução de contrato ou de procedimentos preliminares relacionados a contrato do qual seja parte o titular de dados pessoais;
- Para o exercício regular de direitos em processo judicial, administrativo ou arbitral;
- Para a proteção da vida ou da incolumidade física do titular de dados pessoais ou de terceiro;
- Para a tutela da saúde, exclusivamente, em procedimento realizado por profissionais de saúde, serviços de saúde ou autoridade sanitária;
- Quando necessário para atender aos interesses legítimos ou de terceiros para a proteção do crédito.



4.2 Dos Dados coletados neste Laboratório

4.2.1 Quanto aos seus colaboradores

O Laboratório coleta, fornece, armazena e utiliza os seguintes dados pessoais de seus colaboradores e prestadores de serviços:

- Dados de identificação: imagem, voz (as ligações telefônicas são gravadas), nome completo, data de nascimento, estado civil, sexo, naturalidade, nacionalidade, RG, CPF, CNS, CTPS, PIS, CNH, assinatura, e-mail, telefone, endereço completo, certificado de reservista, certidão de casamento/nascimento, escolaridade, número carteirinha do plano saúde, atestado de saúde ocupacional, número carteirinha do plano odontológico, imagem do circuito interno de câmeras, contato em ferramentas de comunicação;
- Dados de perfil: avaliação de desempenho de colaboradores, teste psicológico de candidatos, perfil profissional, perfil acadêmico, perfil em redes sociais;
- Dados sensíveis: biometria da digital, raça, sindicato;
- Dados sensíveis sobre saúde: informações sobre saúde, informações odontológicas, medicamentos comprados nas farmácias conveniadas, resultados de exames (admissional, periódico e demissional), atestados médicos, solicitações de exames, nomes de quem faz uso do benefício de atendimento psicológico (sem detalhamentos das consultas), deficiência, invalidez, caderneta de vacinação, informações sobre afastamentos e licenças, informações sobre acidentes de trabalho;
- Dados de navegação: usuário e senha de acesso (de sistemas de gestão utilizados internamente), postagens em nossas mídias sociais, endereço IP, geolocalização;
- Dados tributários, fiscais, trabalhistas, contábeis e financeiros: dados bancários (banco, agência, nº conta) para vínculo de conta salário, informe de rendimentos, recibos de pagamentos, férias, 13º, rescisão.





4.2.2 Dados coletados de pacientes/clientes

O Laboratório tem a responsabilidade de coletar, armazenar e utilizar o mínimo de dados necessários para a prestação do serviço com zelo. De acordo com o artigo 100 da RDC 786/2023, os dados que o laboratório deve colher para o cadastro dos pacientes/clientes são:

- Número de registro de identificação do paciente (CPF OU RG); Nome completo do paciente; Nome social, quando aplicável; Data de nascimento; Sexo biológico; Nome da mãe; Telefone e/ou endereço do paciente; e nome e contato do responsável em caso de menor de idade ou de incapaz.

No que tange ao cadastro de solicitação de exames, o artigo 102 da RDC estabelece que são obrigatórios os seguintes dados pessoais:

- Nome do solicitante; data e horário do atendimento; horário da coleta do material; nome e número do cadastro no CNES da unidade responsável pela coleta do material biológico; exames solicitados e tipo do material biológico; informações adicionais; nome do profissional que executou o cadastro; nome do profissional que executou a coleta do material biológico, quando aplicável; nome do profissional que validou o recebimento do material biológico, quando aplicável; data prevista para a entrega do laudo, quando aplicável; indicação de urgência, quando aplicável; e informações adicionais do paciente relevantes para o EAC, como o uso de medicamentos, vitaminas e condições de saúde.

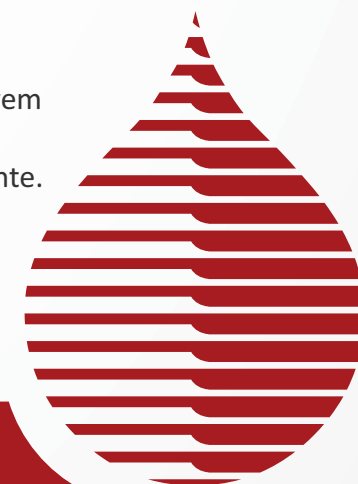
Os dados que devem constar no comprovante de atendimento/protocolo também está previsto na RDC 786/2023, no artigo 103, sendo eles:

- Número de registro; nome do paciente; Data do atendimento; data prevista de entrega do laudo; Relação de exames solicitados; e dados do contato do serviço que executa o EAC.

Já no artigo 104, a RDC 786/2023 determina quais dados pessoais devem conter na identificação do material biológico no momento da coleta ou do seu recebimento, que são:

- Nome do paciente; Data de nascimento ou idade; Tipo de material biológico; e data e horário da coleta;

Esta lei também estabelece, no artigo 110, quais dados pessoais devem constar no transporte do material biológico: dados dos exames solicitados, do material biológico coletado, do paciente e do solicitante.





A depender do atendimento e da prestação de serviço, outros dados pessoais poderão ser coletados, com relação ao plano de saúde para atendimento de pacientes SUS, o e-mail, caso o paciente deseje que se envie o laudo de exames através dessa ferramenta, a CNH, quando envolver exames toxicológicos e nome pai/mãe ou responsável, quando envolver crianças ou pessoas incapazes.

Outros dados pessoais além desses só poderão ser coletados/tratados se houver, de fato, uma finalidade legítima e uma hipótese de tratamento que justifique a coleta. Portanto, deve haver muita cautela na coleta desses outros dados pessoais não obrigatórios.

Por fim, no artigo 138 RDC 786/2023, determina quais dados pessoais devem constar no laudo dos exames:

- nome do Serviço que executa EAC responsável pela análise, com o respectivo número do CNES; endereço e telefone de contato do Serviço que executa EAC responsável pela análise; nome e número do registro do RT, no respectivo conselho de classe profissional; nome e número do registro no respectivo conselho de classe do profissional legalmente habilitado que assina o laudo do exame; nome e registro de identificação do paciente; idade ou data de nascimento; data da coleta do material biológico; nome do exame, tipo de material biológico e método analítico; resultado do exame e unidade de medição; valores de referência, limitações técnicas da metodologia e dados para interpretação; especificação da Metodologia Própria utilizada, quando aplicável; quando for aceito material biológico com restrição, essa condição deve constar no laudo; data de emissão do laudo; e assinatura legalmente válida.

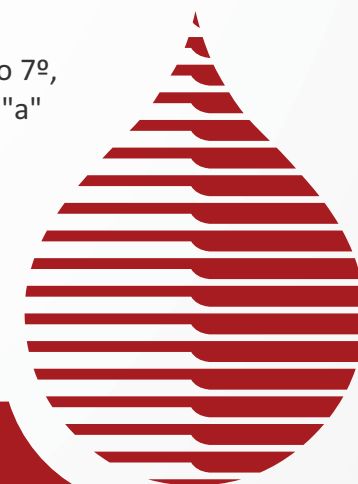
4.3 Da finalidade aplicada na coleta dos dados e qual método de tratamento utilizado

Os dados que são fornecidos a este Laboratório, seja pelos colaboradores, prestadores de serviços, ou oriundo dos serviços prestados, só são utilizados quando a lei permitir fazê-lo, sendo assim, os dados somente serão utilizados para as seguintes finalidades:

DADOS DE IDENTIFICAÇÃO

Quando são coletados para cumprir uma obrigação legal ou regulatória, principalmente trabalhista e previdenciária, incluindo o disposto em Acordo ou Convenção Coletiva da categoria;

- Método de tratamento: Obrigação legal ou regulatória - artigo 7º, inciso II (para dados pessoais normais) ou artigo 11º, inciso II, alínea "a" (para dados pessoais sensíveis).

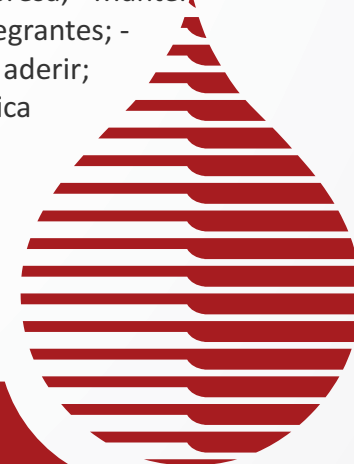




- Solicitação de documento válido com foto que comprove a identificação do paciente (com base na RDC 786/2023, artigo 98); - Criação do cadastro do paciente (com base na RDC 786/2023, artigos 99 e 100); - Criação da solicitação de exames (com base na RDC 786/2023, artigos 101 e 102); - Identificação do material biológico (com base na RDC 786/2023, artigo 110); - Emissão de comprovante de atendimento (com base na RDC 786/2023, artigo 103); - Identificação do material biológico no momento da coleta ou do seu recebimento (com base na RDC 786/2023, artigo 104); - Emissão de laudo de exames (com base na RDC 786/2023, artigo 138); - Emissão de nota fiscal (com base na Lei nº 8.846/94); - Retificação de laudo de exames (com base na RDC 786/2023, artigo 140); - Notificação de compulsória de doenças (com base na Portaria de Consolidação GM/MS nº 4, de 28 de setembro de 2017, e suas atualizações, e Portaria GM/MS nº 420, de 2 de março de 2022, e suas atualizações); - Comunicação ao paciente, ao médico ou profissional de saúde responsável pelo paciente, quando houver necessidade de decisão imediata (com base na RDC 786/2023, artigo 136, parágrafo único); - Contato com paciente ou seu responsável, em caso de retificação no laudo, após este já ter sido entregue ou disponibilizado, informando o fato e registrando o nome contactado e data de tal comunicação (com base na RDC 786/2023, artigo 140, parágrafo único); - Auditorias (quando estiverem previstas em leis ou demais instrumentos regulamentares); - Armazenamento de resultados de exames e demais informações contendo dados pessoais do paciente – 5 anos (com base na RDC 786/2023, artigo 81); - Destruição de resultados de exames e demais informações contendo dados pessoais do paciente depois do prazo estabelecido (com base na RDC 786/2023, artigo 81); - Fiscalização pela Vigilância Sanitária e demais órgãos de fiscalização, regulamentação e controle, como por exemplo o Conselho Federal de Farmácia, Procon, (Lei nº 9.782/1999), dentre outros.

● Método de tratamento: Obrigação legal ou regulatória - artigo 7º, inciso II (para dados pessoais normais) ou artigo 11º, inciso II, alínea "a" (para dados pessoais sensíveis).

- Exercer suas atividades por consequência do contrato de trabalho, prestação de serviço; - Manter registros sobre as atividades desempenhadas em razão do contrato de trabalho, e realizar o devido acompanhamento, assim como monitorar as ações de integrantes para garantir a qualidade, ética e segurança; - Cumprir com as nossas obrigações contratuais, sejam trabalhista, prestação de serviço, contrato de estágio ou aprendizagem que firmamos com você, inclusive após seu término; - Garantir a efetiva operacionalização e administração geral dos negócios da empresa; - Manter registros de direitos contratuais ou estatutários e obrigações dos integrantes; - Fornecer benefícios dos quais o integrante demonstrou interesse em aderir; - Operacionalizar atividades institucionais do laboratório Análise Clínica Frota; - A pedido do titular dos dados pessoais;





- Método de tratamento: Execução de contrato ou de procedimentos preliminares relacionados ao contrato do qual seja parte o titular, a pedido do titular dos dados - artigo 7º, inciso V (para dados pessoais normais) e/ou Exercício regular de direitos, inclusive em contrato e em processo judicial, administrativo ou arbitral - artigo 11º, inciso II, alínea "d" (para dados pessoais sensíveis).

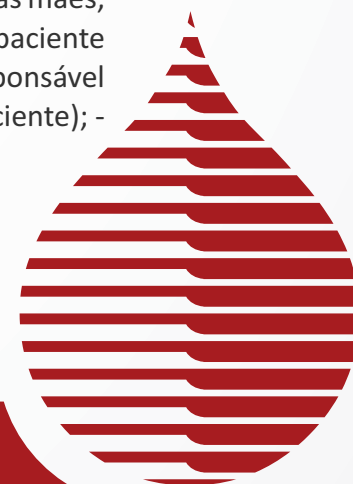
- Agendamento de exames; - Orçamento de exames; - Atendimento domiciliar; - Contratação de ferramenta de disponibilização de laudos online; - Contratação de sistemas, aplicações ou serviço de armazenamento em nuvem para armazenar e gerenciar os dados do laboratório, principalmente os sensíveis; - Compartilhar dados sensíveis para o desenvolvimento de dispositivos de saúde; - Solicitação de autorização de exames na Operadora de Plano de Saúde; - Solicitação de autorização de exames no SUS; - Envio de laudos pela internet; - Envio de laudos por e-mail; - Ferramenta de atendimento via WhatsApp; - Compartilhamento de dados com Operadora de Plano de Saúde e SUS das transações financeiras, de faturamento e administrativas resultantes do uso e da prestação do serviço; - Auditorias (quando não especificada em lei); - Compartilhamento do laudo de exames com serviços de saúde como hospitais, clínicas e consultórios quando o laboratório possui contrato com esses estabelecimentos; - Autorizar outra pessoa que não seja o paciente a buscar seu laudo de exames; - Compartilhar o laudo de exame do paciente com profissional de saúde que solicitou os exames; - Envio de exames para serem processados no laboratório de apoio; - Integrações diversas de solicitação de exames e resultados; - Utilização pelo paciente de aplicativo para gerenciar seus laudos de exames e demais informações de saúde, dentre outros.

- Método de tratamento: Exercício regular de direitos, inclusive em contrato e em processo judicial, administrativo ou arbitral - artigo 11º, inciso II, alínea "d" (para dados pessoais sensíveis).

- Manter dados de contato precisos e atualizados (incluindo detalhes de quem contatar em caso de emergência) ou caso de entrar em contato e enviar comunicações pertinentes, em razão do contrato de trabalho; - Realizar reuniões institucionais; - Aplicar sanções ou medidas cabíveis caso seja comprovado o descumprimento do contrato de trabalho, de prestação de serviço, de estágio ou de aprendizagem e/ou descumprimento de políticas internas; - Operar e manter um registro de processos disciplinares e de reclamação, para garantir uma conduta aceitável dentro do local de trabalho;

- Realizar dinâmicas e ações comemorativas, como aniversários, dia das mães, dia dos pais, dentre outras; Envio de notificações e mensagens ao paciente sobre seus exames; - Cadastro de solicitantes; - Cadastro de responsável técnico; - Controle de fila de atendimento (quando identificado o paciente); - Controle de caixa/controle financeiro, dentre outros.

- Método de tratamento: Execução de contrato ou de procedimentos preliminares relacionados ao contrato do qual seja parte o titular, a pedido do titular dos dados - artigo 7º, inciso V (para dados pessoais normais).





- Produzir provas e auxiliar na condução de processos jurídicos, administrativos ou arbitrais, bem como auxiliar no cumprimento de outros requisitos legais

;

- Método de tratamento: Para o exercício regular de direitos em processo judicial, administrativo ou arbitral - artigo 7º, inciso VI (para dados pessoais normais) e/ou Exercício regular de direitos, inclusive em contrato e em processo judicial, administrativo ou arbitral - artigo 11º, inciso II, alínea "d" (para dados pessoais sensíveis).

- Responder e defender reivindicações legais;

- Método de tratamento: Obrigação legal ou regulatória - artigo 7º, inciso II (para dados pessoais normais) ou artigo 11º, inciso II, alínea "a" (para dados pessoais sensíveis).

- Melhorar e aperfeiçoar nossas atividades internas; - Para proteger os direitos, a propriedade e a segurança da empresa; - Para proteger os direitos e a segurança pessoal de seus integrantes; - Apoio e promoção das atividades da empresa e de seus interesses, desde que estejam de acordo com os direitos citados anteriormente; - Proteção, em relação ao titular, do exercício regular de seus direitos ou prestação de serviços que o beneficiem, respeitadas as legítimas expectativas dele e os direitos e liberdades fundamentais; - Envio de material marketing, informativos sobre o laboratório, campanhas de conscientização e mensagens de datas comemorativas ao paciente (aqui é importante ter uma opção de opt out); - Captação e armazenamento de imagens do circuito interno de câmeras, dentre outros.

- Método de tratamento: Legítimo interesse - artigo 7º, inciso IX (apenas para dados pessoais normais).

DADOS DE PERFIL

- Operar e manter um registro do desempenho dos colaboradores e processos relacionados, para planejar o desenvolvimento de carreira e para fins de planejamento sucessório e gestão da força de trabalho;

- Método de tratamento: Execução de contrato ou de procedimentos preliminares relacionados ao contrato do qual seja parte o titular, a pedido do titular dos dados - artigo 7º, inciso V (para dados pessoais normais) e/ou Exercício regular de direitos, inclusive em contrato e em processo judicial, administrativo ou arbitral - artigo 11º, inciso II, alínea "d" (para dados pessoais sensíveis).

- Operar ações de entretenimento e de comemoração; - Analisar informações de candidatos e avaliar proximidade do conhecimento com exigência do cargo para integrar time da empresa.

- Método de tratamento: Execução de contrato ou de procedimentos preliminares relacionados ao contrato do qual seja parte o titular, a pedido

do titular dos dados - artigo 7º, inciso V (para dados pessoais normais).





DADOS SENSÍVEIS

- Manter e promover a igualdade no local de trabalho; - Usaremos informações sobre sua origem racial ou étnica por exigência do eSocial; - Cumprir obrigação disposta em Acordo ou Convenção Coletiva da categoria.

- Método de tratamento: Obrigação legal ou regulatória - artigo 11º, inciso II, alínea "a" (para dados pessoais sensíveis).

- Para acesso ao prédio em que a empresa está instalada; - Assinatura do laudo; - Cadastro de biometria ou foto do paciente; - Coleta de CPF, RG, CNS ou carteira do plano de saúde para identificação inequívoca do paciente, dentre outros.

- Método de tratamento: Garantia de prevenção à fraude e a segurança do titular - artigo 11º, inciso II, alínea "g".

DADOS SENSÍVEIS SOBRE A SAÚDE

- Acesso e manuseio das informações do cadastro e solicitações de exames por profissionais de saúde envolvidos no processamento dos exames; - Coleta/recebimento de amostras; - Comunicação de limite crítico; - Conferência automática de resultados; - Conferência de coleta; - Conferência de resultados; - Controle de urgências; - Digitação de resultados; - Ferramenta de importação e exportação de informações entre posto de coleta e matriz; - Impressão de laudos; - Impressão de etiquetas; - Interfaceamento; - Manutenção e gerenciamento do cadastro do paciente; - Manutenção e gerenciamento da solicitação de exames; - Processamento dos exames na área técnica do laboratório; - Rastreabilidade; - Recoleta de materiais; - Transporte de amostras; - Triagem de amostras (controle de grade, mapa de trabalho);

- Método de tratamento: Tutela da saúde - artigo 7º, inciso VIII (para dados pessoais normais) ou artigo 11º, inciso II, alínea "f" (para dados pessoais sensíveis).

- Acessar documentos ou telefone de pacientes ou terceiros quando estes passarem mal ou estiverem inconscientes no estabelecimento para avisar familiares ou amigos ou prestar assistência;

- Método de tratamento: Proteção da vida ou da incolumidade física do titular ou de terceiro - artigo 7º, inciso VII (para dados pessoais normais) ou artigo 11º, inciso II, alínea "e" (para dados pessoais sensíveis).

benefícios; - Cumprir uma obrigação legal ou regulatória.

- Cumprir obrigações de segurança e saúde ocupacional; - Operar e manter um registro de licenças (incluindo maternidade, paternidade, adoção, licença parental e parental compartilhada) e garantir que o Laboratório de Análise Clínica Frota cumpra com os deveres em relação ao direito de licença; - Usaremos informações sobre sua saúde física ou mental, ou status de incapacidade, para garantir sua saúde e segurança no local de trabalho e para avaliar sua aptidão para o trabalho, para fornecer ajustes adequados no local de trabalho, para monitorar e gerenciar a ausência de doenças e para administrar benefícios; - Cumprir uma obrigação legal ou regulatória.





- Método de tratamento: Obrigação legal ou regulatória - artigo 11º, inciso II, alínea "a" (para dados pessoais sensíveis).

- Em hipótese de fornecimento do plano de saúde, plano odontológico, convênio com farmácias e demais benefícios, este deve gerenciar esses benefícios e a utilização dos mesmos;

- Método de tratamento: Exercício regular de direitos, inclusive em contrato e em processo judicial, administrativo ou arbitral - artigo 11º, inciso II, alínea "d" (para dados pessoais sensíveis).

- Proteção da vida ou da incolumidade física do titular ou de terceiros;

- Método de tratamento: Proteção da vida ou da incolumidade física do titular ou de terceiro - artigo 7º, inciso VII (para dados pessoais normais) ou artigo 11º, inciso II, alínea "e" (para dados pessoais sensíveis).

DADOS DE NAVEGAÇÃO

- Operar e manter um registro de procedimentos de ponto eletrônico e gestão de ausência, para permitir uma gestão efetiva da força de trabalho e garantir que os colaboradores estejam recebendo o salário ou outros benefícios a que têm direito; - Para fins de identificação e controle de acesso, a fim de gerir os acessos e movimentações em sistemas; - Promover melhorias na experiência de navegação e realizar análises estatísticas; - Registrar interações em redes sociais institucionais; Verificar o cumprimento das funções com qualidade, ética e segurança através dos nossos registros.

- Método de tratamento: Execução de contrato ou de procedimentos preliminares relacionados ao contrato do qual seja parte o titular, a pedido do titular dos dados - artigo 7º, inciso V.

- Cadastrar o integrante nos sistemas, plataformas, documentos e aplicações de gestão e registrar seu acesso;

- Método de tratamento: Execução de contrato ou de procedimentos preliminares relacionados ao contrato do qual seja parte o titular, a pedido do titular dos dados - artigo 7º, inciso V (para dados pessoais normais) e/ou Exercício regular de direitos, inclusive em contrato e em processo judicial, administrativo ou arbitral - artigo 11º, inciso II, alínea "d" (para dados pessoais sensíveis).



DADOS TRIBUTÁRIOS, FISCAIS, TRABALHISTAS, CONTÁBEIS E FINANCEIROS



LABORATÓRIO
FROTA

- Fornecimento de conta salário e consequente recebimento de verbas trabalhistas; - Atender questões fiscais, legais e regulatórias.

- Método de tratamento: Obrigação legal ou regulatória - artigo 11º, inciso II, alínea "a".

5. Direitos dos Titulares dos Dados

Os titulares dos dados têm direitos que a Análise Clínica Frota deve respeitar e cumprir dentro das nossas melhores capacidades.

A Análise Clínica Frota preocupa-se em garantir a segurança dos dados, solicitando sempre a autenticação do titular dos dados. Na impossibilidade de identificar o Titular dos dados, a Análise Clínica Frota reserva-se o direito de não responder a pedidos de exercício destes direitos, comunicando esta situação ao titular dos dados.

Quando o titular dos dados é menor de idade, os seus direitos podem ser invocados pelos titulares das responsabilidades parentais da criança, salvo exceções complementadas no enquadramento legal. A Análise Clínica Frota garante o exercício destes direitos das seguintes formas:

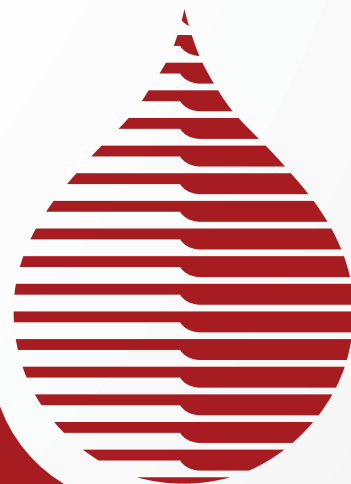
5.1 Direito de informação

Uma das manifestações práticas do princípio da transparência é o direito de informação atribuído ao titular dos dados, o qual tem o direito a receber da Análise Clínica Frota (enquanto controlador pelo tratamento) informações sobre os termos do tratamento dos seus dados pessoais.

Após o momento da coleta dos dados, o Titular tem o direito de apresentar à Análise Clínica Frota um pedido de informação, ocasião em que esta possui o dever de tomar medidas para, de forma simples, clara, concisa e transparente, fornecer todas as informações solicitadas ao titular.

Estas informações são prestadas por escrito, incluindo através de meios eletrônicos, sendo que se o titular dos dados o solicitar, a informação pode ser prestada oralmente, desde que a sua identidade seja devidamente comprovada.

A Análise Clínica Frota (enquanto controlador pelo tratamento) responde aos pedidos de informação apresentados ou informa o titular de alguma demora no prazo de resposta, assim como dos respetivos motivos, no prazo de um mês, a contar da data da receção do pedido.





5.2 Direito de acesso

Quando a Análise Clínica Frota atuar como o controlador pelo tratamento de dados, o nosso Responsável pela Proteção dos Dados é responsável por fornecer aos titulares dos dados acesso aos seus dados pessoais e informações suplementares, permitindo que os indivíduos validem a licitude das atividades de tratamento. Se o titular dos dados o solicitar, será enviada uma cópia dos seus dados pessoais, preferencialmente (e se exequível) em formato eletrónico.

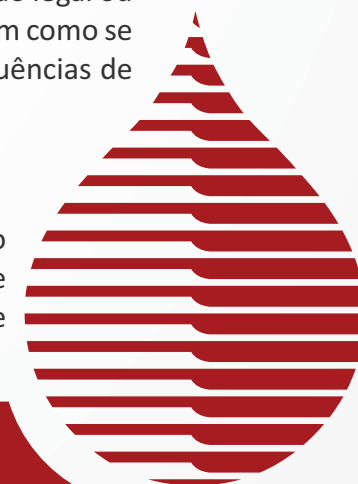
A Análise Clínica Frota pode recusar o fornecimento da informação solicitada sempre que, para o fazer, tenha de revelar Dados Pessoais de outra pessoa ou que a informação impacte negativamente os direitos de outra pessoa.

As informações que a Análise Clínica Frota, na qualidade de controlador pelo tratamento, deve prestar aos titulares dos dados, a título de informação:

- a) A identidade e os contatos do controlador pelo tratamento e, se for o caso, do seu representante;
- b) Os contatos do encarregado da proteção de dados, se for o caso;
- c) As finalidades do tratamento a que os dados pessoais se destinam, bem como o fundamento jurídico para o tratamento;
- d) Se o tratamento dos dados se basear em interesses legítimos do controlador pelo tratamento ou de um terceiro;
- e) As categorias dos dados pessoais em questão;
- f) Os destinatários ou categorias de destinatários dos dados pessoais, se os houver;
- g) Prazo de conservação dos dados pessoais ou, se não for possível, os critérios usados para fixar esse prazo;
- h) A existência do direito de solicitar ao controlador pelo tratamento, o acesso aos dados pessoais que lhe digam respeito, e a correção ou eliminação, ou a limitação do tratamento no que diz respeito ao titular dos dados, e do direito de se opor ao tratamento, bem como do direito à portabilidade dos dados;
- i) Se o tratamento dos dados se basear no consentimento, a existência do direito de retirar consentimento em qualquer altura, sem comprometer a licitude do tratamento efetuado com base no consentimento previamente dado;
- j) O direito de peticionar a uma autoridade de controle;
- k) Se a comunicação de dados pessoais constitui ou não uma obrigação legal ou contratual, ou um requisito necessário para celebrar um contrato, bem como se o titular está obrigado a fornecer esses dados pessoais e as consequências de não fornecer esses dados.

5.3 Direito de correção

Quando a Análise Clínica Frota atuar como o controlador pelo tratamento de dados, esta irá corrigir os dados pessoais do titular se solicitado, quando estes estejam incorretos ou incompletos. Isso deve ser feito sem demora e no prazo máximo de um mês.





5.4 Direito de eliminação

Quando a Análise Clínica Frota atuar como controlador pelo tratamento de dados, irá eliminar os dados pessoais do titular, se solicitado, desde que não existam fundamentos válidos para que a Análise Clínica Frota continue a usá-los. Não é um direito genérico, pois admitem exceções, por exemplo, sempre que esses dados sejam necessários para a defesa de um direito num processo judicial.

5.5 Direito à limitação do tratamento

Quando a Análise Clínica Frota atuar como o controlador pelo tratamento de dados, o titular dos dados pode solicitar a limitação do tratamento dos seus dados, por tempo indeterminado, quando pretender suspender o tratamento, mas conservar os seus dados. Esta situação pode verificar-se quando:

- O titular contesta a exatidão dos dados, sendo o tratamento limitado durante um período que permita verificar a exatidão dos mesmos;
- O titular aguarda resposta a um pedido de oposição ao tratamento.

Quando o tratamento é limitado, os dados pessoais só serão novamente tratados se o titular o consentir, salvo tratamentos específicos contemplados na Lei.

5.6 Direito de oposição

O Titular dos Dados tem o direito de se opor a qualquer momento, por motivos relacionados com a sua situação particular, ao tratamento dos dados pessoais que lhe digam respeito.

5.7 Direito a não ficar sujeito a decisões individuais exclusivamente automatizadas

O titular dos dados tem o direito de não estar sujeito a uma decisão tomada, exclusivamente, com base no tratamento automatizado, incluindo a definição de perfis, que produza efeitos na sua esfera jurídica ou que afete significativamente de forma similar.

5.8 Direito de peticionar perante a autoridade de controle.

O Titular dos Dados tem o direito de peticionar perante a Autoridade de Controle competente, a Autoridade Nacional de Proteção de Dados – “ANPD”, se considerar que o Tratamento realizado aos Dados Pessoais viola os seus direitos e/ou as leis de proteção de dados aplicáveis.



6. Medidas Técnicas e Organizativas

6.1 Treinamento, Consciencialização e Comunicação

Todos os Colaboradores receberão treinamento adequado às suas funções, sobre as disposições da lei de proteção de dados, específica para a sua função. Todas as questões e solicitações sobre a proteção de dados devem ser remetidas para o Responsável pela Proteção de Dados.

6.2 Inventariação do Tratamento de Dados Pessoais

A Análise Clínica Frota mantém um registro das atividades de tratamento dos dados. O conteúdo do inventário é estipulado pelas disposições legais aplicáveis, nomeadamente a General Data Protection Regulation (Regulation EU 2016/679 – “GDPR”), na União Europeia e a Lei nº 13.709/2018 – “LGPD”.

O Responsável pela Proteção de Dados produz o mapeamento dos dados, em conjunto com o corpo jurídico responsável pela adequação da Análise Clínica Frota, fazendo o registro dos tratamentos de dados pessoais implementados na Análise Clínica Frota, seja esta o controlador ou o operador pelo tratamento.

O Responsável pela Proteção de Dados é responsável por garantir a criação e atualização regular dos registros.

Os registros de tratamento de dados encontram-se disponíveis a pedido do controlador pelo tratamento (quando aplicável) e da Autoridade de Controle Competente.

6.3 Políticas, Procedimentos e Registros

A Análise Clínica Frota implementou medidas técnicas e organizativas para garantir, e poder demonstrar a qualquer momento, que o tratamento de dados é realizado de acordo com as disposições sobre proteção de dados pessoais, através de políticas, procedimentos e registros adotados. Todas as medidas são revistas e atualizadas, sempre que necessário.

6.4 Avaliações de Risco e Impacto sobre a Proteção de Dados Pessoais

A Análise Clínica Frota analisou a probabilidade e a gravidade dos riscos face aos direitos e liberdades do titular dos dados. Os riscos são determinados por referência ao tipo de dados, categoria dos titulares, o âmbito, contexto e finalidades de tratamento. São tomadas medidas para mitigar de forma a reduzir o risco a nível aceitável as operações de tratamento, se o risco se mantiver elevado para os titulares dos dados, de modo que se deve consultar a Autoridade Competente antes do início do tratamento desses dados.





6.5 Incidentes de Segurança e Violação de Dados Pessoais

Os colaboradores foram devidamente capacitados e estão cientes da política e dos procedimentos que devem ser tomados para prevenção de ocorrência de qualquer Incidente de Segurança e Violação de Dados Pessoais. Isto como forma de prevenção, para garantir e assegurar uma resposta rápida, efetiva e ordenada quanto forem detectados possíveis incidentes de segurança de informação que possam ou não envolver dados pessoais.

Estes devem reportar imediatamente, no prazo máximo de 24 horas, ao seu responsável ou ao responsável pela Proteção de Dados, qualquer possível incidente para poder cumprir o procedimento acima descrito.

Quando ocorrer um incidente de segurança que possa ser considerado ou não, uma Violação de Dados Pessoais, o colaborador deve reportar imediatamente no endereço eletrônico ouvidoria@laboratoriofrota.com [preenchendo a Comunicação Interna do Incidente de Segurança.](#)

6.6 Auditorias

A Análise Clínica Frota irá realizar auditorias sobre a proteção de dados a todas as áreas de negócio. Os resultados dessas verificações serão comunicados à Administração, devendo também ser facultados, quando solicitados aos Responsáveis pelo Tratamento (se aplicável) e à Autoridade de Controle competente.

7. Da Responsabilidade contida na RDC 786/2023

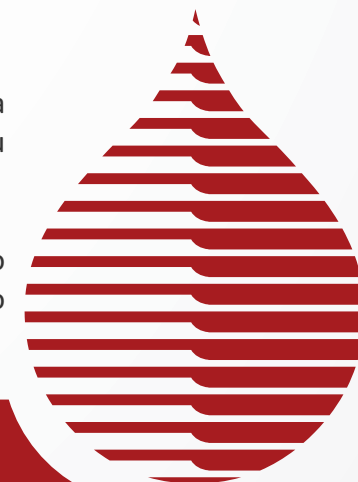
7.1 Responsabilização dos Pacientes pelas informações que são prestadas

No ato do atendimento na Análise Clínica Frota, são prestadas informações pelos pacientes que se presumem verdadeiras e precisas no momento em que são fornecidas e são de inteira responsabilidade dos pacientes.

Qualquer omissão de informações pode afetar negativamente a qualidade dos resultados dos exames e até mesmo o diagnóstico e tratamento adequados. Tanto os pacientes quanto seus responsáveis devem estar cientes disso e entender a importância de fornecer todos os detalhes relevantes.

O paciente tem ciência que foi orientado pela Análise Clínica Frota sobre o preparo para realização dos exames, assim como, recebeu instruções sobre cuidados após a realização da coleta.

Se aplicável, o paciente deve assumir a responsabilidade da execução dos exames e seus resultados quando houver a recusa do cumprimento das orientações prestadas pelo Laboratório Frota.



No momento da coleta do exame, é de obrigação do paciente conferir as etiquetas de identificação dos recipientes onde foram coletadas as amostras biológicas.



Em consonância com a política de proteção de dados e com as informações prestadas aos pacientes, alguns materiais biológicos poderão ser enviados para laboratórios de apoio para execução dos exames. Os dados de acesso aos resultados dos exames são de inteira responsabilidade do paciente/cliente e/ou seu responsável.

Para entrega de resultados de forma presencial na Análise Clínica Frota, os pacientes/clientes deverão apresentar o protocolo de atendimento e/ou o documento de identificação do cliente, de modo que a não apresentação de qualquer destes documentos, não serão lhe entregues os resultados.

Para exames de Anatomia Patológica poderá ser necessário complementação financeira, em casos de que o contrato do convênio não cubra o valor integral para realização do exame.

O paciente deverá regularizar, exclusivamente e diretamente, com o plano de saúde a questão de cobertura total, parcial ou inexistência de cobertura com relação aos exames a serem realizados. Sendo exigida diligência complementar pelo plano, como perícia prévia ou qualquer outra exigência, o paciente deverá dirimir a situação exclusivamente com o plano de saúde, declarando ter ciência de que a Análise Clínica Frota não está obrigada a realizar qualquer exame pendente de liberação.

O paciente tem ciência e foi esclarecido que exames sem cobertura ou sem prévia autorização pelo plano de saúde, somente, serão realizados mediante desembolso direto pelo paciente, de acordo com Tabela de Preços do Laboratório Frota.

O paciente e seus acompanhantes têm o dever de respeitar a lei antifumo, que dispõe sobre a obrigatoriedade de não consumir cigarros, charutos ou qualquer outro produto fumígeno em ambientes coletivos, públicos ou privados, em recintos total, ou parcialmente fechados.

Em se tratando de crianças, adolescentes ou adultos considerados incapazes, os direitos e deveres descritos neste documento deverão ser exercidos e cumpridos pelos seus respectivos representantes legais.

8. Vigência

8.1 Aprovação

A Política de Proteção de Dados é validada pelo Responsável pela Proteção de Dados e aprovada pela Administração.





8.2 Atualizações

De modo a manter a Política adequada e atualizada, deve ser efetuada uma revisão anual da mesma, ou quando ocorram mudanças significativas no funcionamento do laboratório.

A revisão deve ser efetuada pelos controladores e operadores, os quais apresentarão possíveis mudanças ao encarregado pela proteção dos dados, o qual irá avaliar e validar em conjunto com a administração da Análise Clínica Frota.

Após a sua revisão, a política deve ser submetida à análise do Corpo Jurídico para conferência dos dados que necessitam ser alterados.

8.3 Comunicação

A Política de Proteção de Dados é transmitida após a aprovação, a todos os colaboradores da Análise Clínica Frota, quando solicitado pelos Clientes e potenciais clientes e outros quando for solicitado, devendo sempre estar à disposição.

8.4 Contatos

Os contatos com os responsáveis pela Análise Clínica Frota, podem ser feitos de forma presencialmente na sede do Laboratório Frota, no endereço Rua Santa Cruz, nº 731, Bairro Centro, Varginha/MG, CEP: 37002-090, ou através do endereço eletrônico ouvidoria@laboratoriofrota.com.br.

- Controlador: Análise Clínica Frota, inscrita no CNPJ sob o nº 17.087.370/0001-00.
- Encarregado de tratamento de dados:
- Thaís Carneiro Junqueira, email: qualidade2@laboratoriofrota.com;
- Lilian Bernardes, email: coordenacao@laboratoriofrota.com.br;
- Vanessa Frota, email:vanessa@laboratoriofrota.com.br

9. Monitorização, Responsabilidades e Sanções

Tendo a Análise Clínica Frota definido quais os departamentos que detém, qual a finalidade do respectivo tratamento, bem como quem tem acesso aos mesmos, qualquer processamento abusivo dos departamentos ou de um colaborador, ou outras violações à política de proteção de dados adotada, serão legalmente punidos nomeadamente em termos da aplicação da lei laboral.

Esta política deve ser levada muito a sério porque o seu incumprimento coloca-o a si e a Análise Clínica Frota em risco.

Esta política é tão importante que o não cumprimento de qualquer requisito significa que a Análise Clínica Frota poderá ser processada legalmente, o que poderá ter impactos sérios na continuidade da sua atividade e, que a título pessoal, poderá levar à sua demissão.



Quaisquer dúvidas ou preocupações sobre qualquer assunto desta política, deverá entrar em contato com o Responsável pela Proteção de Dados.



LABORATÓRIO
FROTA

9.1 Conflitos das Leis

Esta Política destina-se a cumprir as leis e regulamentos no lugar do estabelecimento. No caso de qualquer conflito entre esta Política e as leis e regulamentos aplicáveis, estes últimos prevalecerão.

10. Registro de Alterações

Edição/ Data	Elaboração	Revisão	Aprovação	Alterações Efetuadas
01/ 10/2024	Corpo Jurídico- Brenda Lara de Souza Donato	Administração Laboratório - Thaís Carneiro Junqueira	Administração Laboratório - Vanessa David Frota	Versão Original

